

Nome: Joanna Maria Visentin

Curso de graduação: Engenharia Civil

Instituição: FSG – Centro Universitário da Serra Gaúcha

Cidade: Caxias do Sul/RS

Data: 20/10/2017

Relatório Explicativo

Trabalho: Inserção urbana de conjuntos habitacionais de interesse social e o impacto no serviço de transporte coletivo: estudo de caso em Caxias do Sul/RS

Pesquisa: qual a influência que novos conjuntos habitacionais de interesse social exercem sobre o planejamento urbano em relação ao serviço de transporte coletivo?

Objetivo principal: dimensionar o impacto que um conjunto habitacional de interesse social gera no serviço de transporte coletivo urbano.

Objetivos secundários: expor a relevância do planejamento urbano na gestão de serviços públicos municipais; dimensionar a quantidade e distância das paradas de embarque e desembarque de transporte público, utilizadas pelos moradores antes e depois da entrega do conjunto habitacional.

Introdução: Programas Governamentais de auxílio à casa própria para a população de baixa renda estão em larga expansão no território nacional, desde a criação do programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em 2009 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Embora estes empreendimentos visem a comodidade dos moradores, é necessário que ocorra também um planejamento urbano para proporcionar elementos básicos de moradia, garantindo a qualidade de vida. Ou seja, para esses empreendimentos – criados normalmente a partir de novos loteamentos – é necessário instalar no seu entorno instrumentos públicos, como unidade básica de saúde (UBS), escola municipal ou estadual e serviço de transporte coletivo urbano.

Conjuntos habitacionais de interesse social, em geral, são construídos em loteamentos localizados distantes da região central de seu município, por ser economicamente viável ao poder público. Porém, este fator gera desconforto aos moradores instalados em

regiões com dificuldade de deslocamento aos centros culturais, de comércio, serviço e emprego, devido ao elevado tempo de condução diariamente, ou em alguns casos, a baixa oferta de frequência de transporte público.

O processo de assentamento das famílias participantes de programa social habitacional ocorre a partir da transferência das pessoas de suas atuais localidades para uma nova residência, em um novo ambiente. Sendo assim, com essa movimentação, cada indivíduo deixa de ocupar os serviços públicos ofertados em sua região, e passa a usufruir destes serviços em um novo espaço territorial, sendo este com alta demanda populacional.

O presente trabalho objetiva justamente a compreensão deste tópico. A partir de estudo de caso realizado no loteamento Campos da Serra no município de Caxias do Sul – Rio Grande do Sul, deseja-se dimensionar as famílias que participaram do processo de assentamento desde o ano de 2011, através dos seus antigos endereços de moradia. Neste caso, mediante a análise do impacto gerado no serviço de transporte coletivo urbano em decorrência da quantidade de passageiros que migraram para uma diferente linha de ônibus.

A conclusão para este trabalho é que com a criação de uma linha de ônibus para atender os novos moradores, gera um aumento no custo do sistema de serviço de transporte coletivo, impactando diretamente no valor da tarifa paga pelos usuários. Cabe então, ao poder público iniciar um processo de planejamento urbano com essas novas inserções territorial, com o intuito de equilibrar o valor do sistema, atendendo assim com racionalidade os usuários de transporte coletivo urbano, sem deixar de oferecer um bom serviço. Este processo de planejamento deve dimensionar quais foram as linhas de ônibus que os moradores deixaram de utilizar no seu bairro de origem, e depois disso, readaptar o sistema de transporte para o nova realidade de utilização, otimizando seu atendimento.

O papel de técnicos, como Engenheiro Civil é justamente compor uma gestão territorial inteligente, em favorecimento a utilidade urbana e à organização do município.